

**CONFERENCIA DOS PAISES DA EUROPA
OCIDENTAL PARA A ANISTIA AOS PRESOS
E EXILADOS POLITICOS DE PORTUGAL**
(em organização)



*Cartas de Clovis Graciano para a conferência
da anistia em Portugal.*

DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

Relato da Conferência de Paris; Seus Objetivos e Resoluções

Foi no dia 6 de maio às 21 hs. que o Dr. A. de Oliveira, delegado do Centro Republicano Português, do Comitê dos Intelectuais Pró-Liberdade de Expressão e do jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO fez na sede daquele Centro o relato da conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos Políticos e Exilados Espanhóis realizada em Paris nos dias 25 e 26 de março findo. A notícia desta reunião despertou inusitado interesse estando o salão de conferências do Centro Republicano completamente lotado.

A reunião foi presidida pelo senhor capitão João Sarmento Pimentel, presidente daquele Centro e decano dos exilados políticos portugueses residentes em S. Paulo, que afirmou: "A influência da I e II Conferência Pró-Anistia, realizadas respectivamente em S. Paulo e Montevidéu, foi fator preponderante do grande êxito da conferência realizada em Paris."

"As conferências em prol da anistia aos exilados e presos políticos da Espanha e de Portugal — disse o senhor Sarmento Pimentel — não devem ser encaradas senão como pontos altos do movimento, já agora mundial para a anistia daqueles dois países."

E continuando: "A anistia total só será concedida após a derrubada dos regimes ditatoriais, todos nós o sabemos. Mas não há dúvida de que um poderoso movimento de solidariedade mundial impedirá alguns crimes e contribuirá para atenuar as penas e as condições desumanas em que se encontram os presos políticos."

Além disso, concluiu o senhor João Sarmento Pimentel: "Essa solidariedade ativa é uma forma de encorajar os que lutam no nosso País para que seja dada não só a anistia aos presos mas também a liberdade ao nosso Povo. É, ainda, uma forma de preservar a vida dos que sofrem a prisão política, dando-lhes a certeza de que não se encontram sozinho e de que a sua causa não está perdida."

Logo em seguida foi dada a palavra ao Dr. A. de Oliveira que informou a assistência sobre as resoluções aprovadas pela Conferência de Paris (publicadas na íntegra neste mesmo Boletim) pormenorizando, em seguida, a atuação da delegação portuguesa durante a referida Conferência.

Nela tomaram parte 450 personalidades, com direito a voto, de diversos países. O número de observadores sem direito a voto foi também bastante ele-

vado. O vastíssimo salão de conferências do "Hotel Continental", estava completamente lotado.

A Delegação Portuguesa à Conferência era composta de 24 pessoas e presidiu-a, por impedimento do professor Valadares, enfermo nessa ocasião, o dr. Emílio Guerreiro, professor de Matemática e chefe de Grupo dos Maquis durante a II Guerra Mundial. Os delegados daquela Conferência foram os srs. dr. Antonio José Saraiva, escritor e historiador, membro do Conselho Mundial da Paz; dr. Santana Dionízio, escritor e crítico literário; dra. Sacuntala de Miranda, representando o "Grupo dos Democratas Portugueses na Inglaterra"; dr. Silas Cerqueira e mulher; eng. Antonio Brotas D. Maria e eng. Saraiva, residentes em Paris; arquiteto Artur Andrade, dr. Alexandre Babo, residentes em Portugal, na cidade do Porto; os srs. Reis e Tomaz Rato, residentes na capital da França e outros.

O dr. A. de Oliveira leu as mensagens enviadas por diversas personalidades e organizações portuguesas de apoio à Conferência (mencionadas no discurso da dra. Sacuntala de Miranda, porta-voz da Delegação Portuguesa, cujo texto vem publicado neste Boletim). Seguidamente relatou as iniciativas tomadas pela delegação portuguesa à Conferência que tiveram como consequência a decisão por parte de diversos delegados de outros países, de proporem a realização ainda em 1961 de uma Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses.

"Outro não poderia ver o resultado da divulgação de alguns normenores sobre a repressão brutal praticada pela PIDE, braço direito do ditador Salazar contra todos aqueles que se opõem ao regime fascista que oprime o Povo Português há mais de trinta anos. Os interrogatórios feitos durante vários dias sem interrupção; os castigos corporais com requintes de barbaridade medieval aplicados indistintamente a homens e mulheres; as longas penas de prisão em cárceres terríveis; as "medidas de segurança" depois do cumprimento das penas, que equivalem à prisão perpétua, impressionaram fortemente todos os delegados, não só pela bestialidade dos castigos como também pelo número de pessoas que são vítimas dessas medidas."

O balanço do Ano Judiciário de 1959-1960, disse o dr. A. de Oliveira é este: "Foram julgadas 250 pessoas tendo sido condenadas 200. As penas aplicadas equivalem a um total de 412 anos de prisão. As medidas de segurança para 95 dos condenados que já cumpriram a pena totalizam 285 anos de prisão, ou seja 95 dos 200 condenados sofrerão a prisão perpétua. Finalmente o tempo de prisão antes do julgamento, foi, em média, de 20 meses ou seja mais de 400 anos para os presos políticos julgados durante o Ano Judiciário de 1959-1960."

Encerrando o seu relato, disse o delegado português à Conferência de Paris, que no final dos trabalhos fora decidido eleger um Secretariado Per-

manente de 1 a 3 delegados de cada país participante. No que se refere a Portugal esse Secretariado é o seguinte: dr. Emílio Guerreiro, presidente; uma personalidade residente em Portugal, cuja identidade será revelada depois de ter sido consultada e haver accitado o cargo, e, finalmente, o dr. A. de Oliveira, na qualidade de delegado dos portugueses residentes na América Latina.

Seguidamente foram distribuídas pela assistência Listas de Adesões à iniciativa tomada por diversos delegados à Conferência de Paris para que se realize ainda em 1961 a "Conferência da Europa Ocidental para Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal."

Sob o patrocínio do "Centro Republicano Português", do "Comitê dos Intelectuais Pró-Liberdade de Expressão em Portugal", e do jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO será publicado mensalmente, em separata de se jornal um Boletim de divulgação das iniciativas que forem sendo tomadas pelos democratas portugueses residentes no Brasil, a favor da realização da referida Conferência. O presente Boletim é o primeiro passo para a concretização dessa iniciativa.

A Intervenção Portuguesa na Conf. de Paris. Consequencias

A dra. Sacuntala de Miranda pronunciou o seguinte discurso em nome da delegação portuguesa:

"A delegação portuguesa envia suas saudações calorosas às delegações e a todos os participantes da conferência da Europa Ocidental pela anistia aos exilados políticos espanhóis.

Portugueses exilados na França, na Inglaterra e no Brasil, participam da nossa delegação. Personalidades vieram expressamente de Portugal, enfrentando sérios riscos. O representante dos exilados portugueses no Brasil, dr. A. de Oliveira, um dos organizadores das Conferências Latino-americanas Pró-Anistia de Prisioneiros e Exilados Políticos da Espanha e de Portugal, que se realizaram em São Paulo, em janeiro de 1960, e em Montevidéu, em janeiro de 1961, está entre nós. Ele nos traz uma mensagem do embaixador Alvaro Lins, presidente da Comissão Brasileira Pró-Anistia dos Prisioneiros e Exilados Políticos da Espanha e de Portugal, que presidiu a conferência realizada em São Paulo. Eu mesma vos trago da Inglaterra uma mensagem dos exilados políticos portugueses.

Da Argentina, da Venezuela, do Canadá e do Brasil, mensagens de personalidades e de organizações portuguesas nos chegam: do Prof. Ruy Luís Gomes, antigo professor da Universidade do Porto, demitido de suas funções pelo governo de Salazar,

atualmente professor na Universidade de Bais Blanca, Argentina, antigo candidato à Presidência da República, — membro do Conselho Mundial da Paz, do Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá,



Desenho de Picasso para a conferência de Paris para a anistia em Espanha.

da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, do Centro Republicano Português do Comitê dos Intelectuais e Artistas portugueses para a liberdade de expressão, e do jornal "Portugal Democrático" de São Paulo, Brasil

de Praga nos vem uma carta da antiga prisioneira política Georgette Ferreira.

Do interior mesmo de Portugal nos chega uma mensagem com a assinatura de algumas personalidades que arriscaram sua liberdade para nos afirmar sua solidariedade à causa dos prisioneiros e exilados políticos espanhóis.

A Delegação Portuguesa toma parte ativa nesta conferência dentro do espírito fraternal e humanitário que inspira as demais delegações. Trata-se de reintegrar nos seus lares, no seu trabalho, e na vida pública os espanhóis que apenas desejaram usar seus direitos imprescritíveis de seres humanos, direitos proclamados na primeira declaração de Direitos do Homem e pela Declaração das Nações Unidas. Mas ninguém se surpreenderá pelo fato da delegação portuguesa sentir de uma maneira toda particular a sorte de pessoas que para nós não são in-

teiramente estranhos, dados os laços de vizinhança, de cultura e de destino histórico que unem os dois países da Península Ibérica.

Ninguém ficará surpreso também, de que, pensando nos perseguidos políticos espanhóis, façam-se presentes no nosso espírito e no nosso coração aqueles que em Portugal sofrem sorte semelhante por razões análogas. De qualquer maneira a causa dos exilados e prisioneiros políticos espanhóis é também uma causa nossa, uma causa ibérica.

Há entre nós prisioneiros políticos nas mesmas condições que aqueles da Espanha, inclusive homens que se acham aprisionados desde há vinte anos. Como na Espanha os delitos de opinião são brutalmente reprimidos em Portugal. Há tribunais especiais para julgar estes pretensos delitos, para os quais as penas, pesadíssimas, são previstas no código penal português. Talvez haja diferenças formais entre esses dois países. A prisão perpetua foi legalmente restabelecida em Portugal acobertada como "medidas de segurança", em virtude das quais pode-se ficar na prisão por período indeterminado, e isto sem julgamento regular. Como na Espanha também os presos políticos são torturados pela polícia durante dias e semanas de interrogatório. Na hora atual nas colônias portuguesas, sobretudo em Angola, a repressão ultrapassa tudo o que se possa humanamente imaginar.

Como ficará ausente de nosso coração a sorte dos prisioneiros e exilados políticos espanhóis?

Nossa solidariedade para com eles é tão profunda quanto a nossa recordação de que durante a guerra civil o governo português de Salazar entregava às tropas franquistas centenas e até mesmo milhares de republicanos espanhóis que se refugiaram em Portugal. Esses homens foram fuzilados em seguida, perto da fronteira portuguesa, notadamente em Badajóz. É uma dívida dos democratas portugueses para com a Espanha.

Esta solidariedade que nós experimentamos para com nossos irmãos espanhóis é reconhecida como uma realidade objetiva pela própria realização das conferências latino-americanas pró anistia dos prisioneiros políticos da Espanha e de Portugal em São Paulo e em Montevideú, às quais os participantes portugueses levaram uma poderosa contribuição. Não poderão se admirar, então, do nosso desejo de ver as personalidades que neste momento dão seu apoio aos perseguidos políticos espanhóis interessarem-se em um futuro próximo pela sorte de nossos compatriotas que se encontram em situação análoga.

Nossa experiência de Portugueses nos mostra que fatos tais como aqueles dos quais se ocupa nossa Conferência são possíveis graças ao controle por certos governos dos meios de informação e divulgação. Esse sistema permite que as prisões, os métodos policiais de investigação, os textos legislativos camuflados, a regulamentação, bem como o funcionamento real dos tribunais tal como nós os conhece-

mos na Espanha e em Portugal sejam ignorados por grandes camadas da população. O povo espanhol e o povo português são impedidos por meios tirânicos de conhecer toda a extensão e toda a crueldade da repressão, de exprimir sua solidariedade para com as vítimas e de exigir a libertação dos prisioneiros e o retorno dos exilados.

Se bem que, cercados não somente por um muro de cimento, mas sobretudo por um muro de silêncio, os prisioneiros e perseguidos arriscam-se a ficar isolados do exterior e de se acharem sem defesa, deixados unicamente ao arbítrio de seus carcereiros.

Desta forma estamos seguros que esta Conferência é um meio para romper este silêncio organizado com minúcia e persistência por Franco e Salazar. Esta conferência levará até os prisioneiros e exilados políticos espanhóis a voz do mundo livre de maneira que eles não se sintam sózinhos.

A livre manifestação da opinião pública é a base de toda a garantia. Estando o povo espanhol impedido de se manifestar, é a nós membros desta conferência, que cabe nos dirigirmos à opinião pública mundial para que o movimento pela Anistia se torne suficientemente forte, para forçar as autoridades espanholas a restituir aos perseguidos políticos o gozo da liberdade em sua pátria.

É com esse sentimento que saudamos fraternalmente os Espanhóis que por causa de suas opiniões se encontram nos cárceres ou no exílio. Nós desejamos que estas saudações lhes cheguem como um reconforto e uma esperança. Talvez a hora de sua libertação esteja próxima. Isto depende, até certo ponto, do esforço que fizermos por eles.

SALAZAR NO BANCO DOS RÉUS



Charge de Hilde Weber, publicada em "O Estado de S. Paulo".

Saudação dos Presos Políticos Portugueses à Conferencia de Paris

Estimados e Ilustres Delegados:

Estas palavras de cordial saudação e caloroso apoio que até vós chegam precisaram iludir a vigilância de carcereiros, romper paredes de humildes celas e grossas muralhas de uma velha fortaleza, ultrapassar as multiplas outras muralhas que o fascismo ergue pelas estradas e as fronteiras de Portugal. Tudo isso que também não impediu que até nós chegasse a retumbancia mundial do vosso generoso apelo: AMNISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS ESPANHOIS!

Dezenas de prisioneiros políticos que se encontram neste Forte de Peniche sentem muito vivamente a situação de seus semelhantes espanhóis pois que dia a dia, hora a hora, temos aqui perante nós e sobre nós muitas das violências e sofrimentos de tantos encarcerados nas prisões de Espanha.

Ao olharmos para os nossos companheiros de clausura Manuel Rodrigues da Silva, dirigente político de muito prestígio, com 21 anos de prisão, já sofridos, grande parte dos quais no Campo da Morte Lenta do Tarrafal (Cabo Verde), onde viu morrer dezenas de camaradas seus e agora, que cumpriu, há varios anos, a pena a que foi condenado, sujeito a indefinidas "medidas de segurança": Manuel Guedes, com cerca de 14 anos de prisão, dois dos quais a partir de 1936 na cadeia espanhola de Caceres, donde passou para as mãos da Polícia Política portuguesa entregue por Franco e também sujeita há anos aquelas "medidas" e portanto a prisão perpétua: José Rodrigues Vitoriano, com cerca de 10 anos de cadeia — pensamos em dezenas de patriotas espanhóis, homens e mulheres valorosos, como aqueles com a saúde abalada por longos anos passados na prisão e cujas preciosas vidas precisam ser salvas para o povo Espanhol.

Ao olharmos para todos estes homens honestos e dedicados ao seu povo, à causa da sua libertação, para jovens operários e estudantes como Nuno Duarte, Borges Coelho, Domingos Abrantes, Carlos Brito, para os advogados dr. Humberto Lopes e Manuel Andrade, para militantes operários como Oscar dos Reis, Adolfo Ramos e Severiano Falcão, para as marcas das brutais torturas que todos sofreram às mãos da PIDE (longos isolamentos, dias e noites seguidos sem dormir e sob espancamentos, etc., etc.) ao fixarmos estes carcereiros rudes e educados na provocação no ódio aos presos, tudo fazendo para que sejamos constantemente castigados, por que passemos meses sem visitas, sem correspondência, sem

quaisquer jornais, sem livros, em suma, isolados de nossas familias e de nossos advogados, da vida exterior e de cela para cela, sentimos toda avurgência de um supremo esforço para que sejam salvas as vidas de milhares de patriotas espanhóis torturados tal como nós o fomos e somos.

Senhores Delegados!

São na verdade não apenas imperativos de consciência, mas até meras-razões de humanidade que fazem erguer por toda a parte, na heroica Espanha, pela Europa fora, pelo Mundo alem e até do interior dos cárceres salazaristas, como estamos fazendo apelos pela salvação da saúde e da vida dos patriotas espanhóis encarcerados.

Do fundo destas celas, de portugueses bem duramente experimentados, mas de corações e consciências sãos e sensíveis vai até vós uma mensagem de solidariedade e de esperança, augurando um próximo e pleno sucesso para todos os esforços tendentes a restituir aos presos políticos espanhóis à liberdade e a assegurar a todos os exilados um regresso à sua Espanha querida.

Forte de Peniche, março de 1961.

RESOLUÇÃO DA I COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS PRISIONEIRO E EXILADOS POLITICOS ESPANHOIS

A Conferência dos países da Europa Ocidental reuniu-se em Paris nos dias 25 e 26 de março de 1961, em seguida ao apelo formulado por numerosas personalidades representativas, portadoras da mais ampla influência, para contribuir na obtenção da amnistia para todos os prisioneiros e exilados políticos espanhóis.

A importancia desse conclave se prende às razões imperiosas de humanidade, ela se prende igualmente ao papel da Espanha no patrimônio cultural e histórico da Europa, ao papel sempre desempenhado pelo povo espanhol em defesa das liberdades, à vontade que nos anima de ver restauradas as relações normais entre nossos países e a Espanha, sobre a base da acitação dos princípios morais e juridicos comuns à humanidade.

A Conferência lamenta constatar que os condenados politicos estão detidos há longo tempo, às vezes há uma vintena de anos, por atos que tem sua origem na guerra civil, que outros, hoje, estão nas prisões por haver liderado recentemente movimentos sindicais ou politicos que nossos países reconhecem como licitos.

Ela lamenta igualmente vêr dezenas de milhares de espanhóis mantidos ainda afastados da Espanha.

Os criminosos políticos são em sua maioria julgados em processos excepcionais, por jurisdições excepcionais, na aplicação de uma legislação excepcional.

Também essa competência é atribuída aos conselhos de guerra que regulam, com processos exclusivos os direitos elementares de defesa.

A lei de 2 de março de 1943, revogada pelo código penal de 1944, embora de aplicação corrente desde aquela época, posta novamente em vigor pelo decreto de 21 de setembro de 1960, iguala à rebelião militar, punindo com penas que vão até à morte, as greves, as reuniões ou conferências não autorizadas e mesmo a difusão de notícias tendenciosas.

Por outro lado, numerosos cidadãos detidos por crimes de natureza política, ficam além do prazo legal de 72 horas, à disposição da polícia e são objeto de sevícias; mesmo após terem sido liberados pelo juiz de instrução, eles são seguidamente lançados às mãos da polícia novamente, enquanto esta não confirma suas declarações. Homens e mulheres aguardam anos, às vezes, antes de serem julgados, e em seguida são condenados a longas penas.

Esta situação de fato justifica plenamente nossa exigência de anistia, de uma anistia mais ampla e completa.

Esta anistia deve beneficiar a todos os prisioneiros políticos, ela deve igualmente se aplicar a todas as infrações políticas.

Ela deve assim permitir o retorno dos exilados, com toda a segurança e o restabelecimento dos princípios essenciais de direito, que garantem a segurança dos indivíduos e as liberdades humanas, no espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

LEIA NO PROXIMO BOLETIM:

- Resoluções da II Comissão sobre as medidas de ordem prática destinadas a desenvolver o Movimento em prol da Anistia em Espanha.
- Apelo dos presos políticos na Fortaleza de Peniche para Anistia em Portugal
- Relação pormenorizada dos democratas portugueses presos e julgados durante o ano judiciário de 1960-61.
- Fatos e documentos sobre a repressão nas Colónias Portuguesas.

Honra aos Patriotas Anti-Fascistas

Esta seção destina-se a divulgar as atrocidades cometidas pela PIDE contra os opositores ao regime fascista de Salazar. Inaugura esta transcrição do numero de março do "AVANTE", órgão clandestino do P.C.P., recebido na nossa Redação:

Em 40 anos de luta implacável, muitos comunistas já deram a sua vida pela libertação do Povo, passando aos milhares pelas prisões, suportando os maiores sofrimentos, dando o melhor do seu esforço à luta, os comunistas portugueses têm sido a guarda avançada do combate contra o fascismo. Ao passar o 40.º aniversário do Partido, recordamos os nomes dos camaradas caídos na luta, orgulho do nosso Partido e do nosso Povo.

BENTO GONÇALVES, torneiro mecânico. Secretário Geral do Partido, dirigente da reorganização do P.C.P. em 1929 que iniciou a luta nas condições de ilegalidade fascista. Chefe da delegação portuguesa ao VII Congresso da I.C. em 1935. Preso em novembro de 1935. Morreu no Tarrafal em Setembro de 1942, com 40 anos de idade.

MILITÃO BESSA RIBEIRO, operário têxtil, membro do Secretariado do C.C. do Partido. Tendo estado 6 anos preso, 4 dos quais no Tarrafal, é preso, de novo em 25 de março de 1949 e morre na Penitenciaría de Lisboa no dia 3 de janeiro de 1950, depois de longo sofrimento.

ALFREDO DINIZ (ALEX), operário traçador, membro do C.C. do Partido, dirigente das greves de 1942-43 e 44. Assassinado a tiro pelos agentes da PVDE (designação anterior da PIDE, em 4 de julho de 1945, com 28 anos de idade.

ALFREDO CALDEIRA, pintor decorador, membro do C.C. do Partido. Morto no Tarrafal em 1 de dezembro de 1938.

JOSE MOREIRA, operário vidreiro, destacado militante do Partido, assassinado no próprio dia de sua prisão, na sede da PIDE, durante os interrogatórios, a 23 de janeiro de 1950, por recusar denunciar a tipografia do "Avante!"

FRANCISCO FERREIRA MARQUÊS, empregado de escritório, membro do C.R. de Lisboa do Partido. Torturado e assassinado pela PVDE na incomunicabilidade, em junho de 1945.

GERMANO VIDIGAL, operário da construção civil, membro do C.L. do Partido em Montemor-o-Novo, presidente do S. N. da construção civil. Torturado e assassinado na incomunicabilidade por agentes da PVDE em 28 de maio de 1945.

MANUEL VIEIRA TOME', operário ferroviário, dirigente do Sindicato dos Ferroviários, membro do P. Um dos dirigentes do movimento de 18 de ja-

neiro contra a fascização dos sindicatos. Torturado e assassinado na incomunicabilidade pela PVDE, em abril de 1934.

ANTONIO FERREIRA SOARES, médico, membro da organização do Partido, no Norte. Assassinado a tiro por agente da PVDE, no seu consultório, em 4 de julho de 1942.

ANTONIO GUERRA, operário vidreiro, membro do Partido dirigente da greve de 18 de janeiro de 1934. Morreu cego no Tarrafal, depois de 14 anos de cativoiro.

ALFREDO RUAS, membro da F.J.C.P., assassinado a tiro durante uma manifestação em 7 de Novembro de 1932.

AUGUSTO DE ALMEIDA MARTINS, operário, membro do C.Z. do Partido em Alcântara. Torturado e assassinado pela PVDE, na incomunicabilidade, a 24 de setembro de 1937.

FRANCISCO DO NASCIMENTO ESTEVES, torneiro mecânico, membro do C.Z. do Alto do Pina, da F.J.C.P. Preso na tipografia do "Proletário". Torturado pela PVDE foi deportado para o Tarrafal e aí morreu em 1938.

RUI RICARDO DA SILVA, operário arsenalista, membro da organização do Arsenal e do C.R. F.J.C.P. em Lisboa, preso em julho de 1936, morre na prisão em consequências das torturas, a 10 de fevereiro de 1918.

JOSE' PATULEIA, de Vila Viçosa camponês, membro do Partido morto na PIDE a 21 de junho de 1947.

ALFREDO DIAS LIMA, de A'pírcia, operário agrário, membro do Partido assassinado pela GNR durante uma manifestação de camponeses em 4 de junho de 1950, com 40 anos de idade.

ANTONIO DE JESUS BRANCO, fragateiro, preso numa tipografia clandestina do Partido. Morre em 1942 no Tarrafal.

GERVÁSIO DA COSTA, operário têxtil, membro do C.L. do Partido em Fafe, tuberculiza devido aos maus tratos e morre sob prisão, num hospital em 1951.

JOAQUIM LEMOS DE OLIVEIRA, barbeiro, membro do C.L. do Partido em Fafe. Morto na PIDE do Porto em 15 de fevereiro de 1957, 15 dias depois de ter sido preso e depois de 9 dias de estétua e espancamentos.

MANUEL DA SILVA JUNIOR, operário da construção civil, membro do C.L. do Partido em Viana do Castelo, morto na PIDE do Porto em 2 de março de 1957, com 69 anos.

CATARINA EUFÉMIA, camponesa, membro do C.L. do Partido em Balcizão. Assassinada a tiro pela GNR em 19 de maio de 1954, durante uma greve de camponeses.

E ainda Américo Gomes, Ferreira de Abreu, Aurélio Dias, Armando Ramos, Manuel Esteves de Carvalho, António Tavares, Venceslau Ferreira, Manuel dos Santos, Augusto Costa, J. Pereira, Carlos Pato, Joaquim Correia, José Adelino dos Santos, António Lopes de Almeida, Joaquim Marreiros, João

Lopes Dinis, Ernesto José Ribeiro, Fernando Alcobia, Manuel Simões Júnior, Joaquim Lopes Martins, António M. Fernandes e tantos outros camaradas a quem o governo de Salazar assassinou nas prisões, nas ruas, no Tarrafal, do mesmo modo que procura hoje assassinar as centenas de comunistas e outros democratas encarcerados nas prisões.

Além dos camaradas assassinados pelas forças repressivas, outros heróis comunistas deram a sua vida pelo Partido e pelo nosso Povo vitimados pelas duras condições de vida clandestina:

SOEIRO PEREIRA GOMES, escritor de grande talento, membro do Comitê Central do P.C.P., morre na clandestinidade, em 5 de dezembro de 1949.

MARIA HELENA MAGRO, estudante universitária de Lisboa, funcionária do Partido durante 10 anos, morre na clandestinidade em 1958.

HERMENEGILDO CORREIA, de Salvada, Beja, operário da C.P. no Barreiro, funcionário do Partido, morre na clandestinidade em 1958.

ROSA TEIXEIRA, de Lisboa, operária dos tabacos, funcionária do Partido, morre na clandestinidade, em 1946.

Glória aos nossos mártires e heróis!

Lutemo: pelo derrubamento do fascismo, pela Democracia em Portugal!

AOS LEITORES

Provisoriamente todos os documentos de apoio ou quaisquer outras contribuições para a realização da Conferência Europeia para a Anistia em Portugal, podem ser dirigidos a:

Grã-Bretanha: Council for Freedom in Portugal and Colonies, 374, Grays Inn Road, London, WC 1.

França: Comité pour la Defense des Libertés au Portugal. — 135, Avenue Versailles, Paris, VI.

Estados Unidos: New Jersey Committee Pro Democracy in Portugal, 96, Chapel Street, Newark, N. J. USA.

Uruguay: Agrupacion de Portugueses Democratas — Colonia I-013, P. 7, Montevideo

Brasil: Secretaria do Boletim do Movimento para a Anistia em Portugal — Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - S. Paulo.

